JUDICIALIZAÇÃO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA PERANTE A CORTE INTERAMERICANA

INTERNATIONAL JUDICIALIZATION AND HUMAN RIGHTS: *THE BRAZILIAN EXPERIENCE BEFORE THE INTER-AMERICAN COURT*

Manoel Ferreira Ramos[1]

Mariana Monteiro Magalhães[2]

RESUMO

É cediço que as garantias em relação aos Direitos Humanos pautam-se como uma das principais preocupações internas e externas inerentes às mais diversas sociedades. Com isso, a legitimidade normativa de um órgão, reconhecido por sua atuação justa e pela efetividade de suas decisões, faz com que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) seja constantemente acionada em atividades consultivas e judiciais para resguardar as diretrizes contidas na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, na tentativa de constranger os Estados-membros que desrespeitem este pacto internacional. Para tanto, justifica-se a presente pesquisa pela relevância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no que se refere à atuação frente aos casos de condenação do Estado brasileiro. Elenca-se como objetivo geral a análise da Corte IDH em relação aos casos paradigmáticos de condenação do país e, especificamente, identificar os principais precedentes em que a Corte condenou o Brasil, enfatizando as falhas do sistema judicial interno; examinar as competências, funções e estrutura da Corte IDH, com relevo do papel consultivo e jurisdicional; e, por fim, avaliar as dificuldades do Brasil em cumprir as determinações desse órgão. Utiliza-se a metodologia qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com método indutivo. Espera-se como resultado

[1] Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Garantismo e Processo Penal, pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona. Pós-graduação em Teoria e Prática da Decisão Judicial, pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM). MBA em Administração Judiciária pela Escola de Negócios Excellence (ENE). Graduado em Direito pela Universidade CEUMA. Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela UFMA. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). E-mail: mframos@tjma.jus.br.

[2] Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: marianamonmag2014@gmail.com.

evidenciar a relevância da Corte, destacando seu papel no cenário internacional de proteção das garantias fundamentais.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; direitos humanos; efetividade das decisões judiciais; internacionalização da justiça.

ABSTRACT

It is well established that guarantees concerning Human Rights constitute one of the main internal and external concerns inherent to the most diverse societies. In this context, the normative legitimacy of a body recognized for its fair performance and the effectiveness of its decisions has led the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR) to be constantly called upon in both advisory and contentious proceedings, with the purpose of safeguarding the provisions enshrined in the American Convention on Human Rights and constraining member States that disregard this international pact. Accordingly, the present research is justified by the relevance of the Inter-American Human Rights System, particularly in regard to its role in cases involving the condemnation of the Brazilian State. The general objective is to analyze the IACtHR in relation to the paradigmatic cases in which Brazil was condemned and, more specifically, to identify the main precedents in which the Court ruled against Brazil, emphasizing the shortcomings of the domestic judicial system; to examine the competences, functions, and structure of the IACtHR, with emphasis on its advisory and jurisdictional roles; and, finally, to evaluate Brazil's difficulties in complying with the Court's determinations. The research employs a qualitative methodology, of an exploratory and descriptive nature, using the inductive method. The expected outcome is to highlight the relevance of the Court, emphasizing its role in the international arena in protecting fundamental guarantees.

Keywords: Inter-American Court of Human Rights; human rights; effectiveness of judicial decisions; internationalization of justice.

1 INTRODUÇÃO

De início, tem-se que o debate acerca da efetividade dos direitos humanos foi intensificado nas últimas décadas, sobretudo, diante das corriqueiras situações de violações estruturais e da insuficiência das respostas oferecidas pelo sistema judicial interno dos Estados signatários dos pactos internacionais de proteção a esses direitos consagrados.

No caso brasileiro, os constantes ataques a essas garantias, aliado à fragilidade dos mecanismos internos de concretização de direitos fundamentais,

explicitam as mazelas do sistema judicial interno e abrem margem para a intervenção de órgãos internacionais, a fim de constranger os autores dessas violações e garantir as reparações devidas aos ataques.

Dessa forma, a problemática presente no artigo em comento consiste em compreender de que modo as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos influenciam o ordenamento jurídico nacional e as políticas públicas no Brasil, assim como identificar os desafios enfrentados pelo Estado brasileiro para assegurar a efetividade e o cumprimento integral dessas sentenças.

Justifica-se essa produção científica em razão da relevância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no fortalecimento da proteção dos direitos humanos fundamentais no Brasil, frente às falhas existentes no sistema jurídico pátrio, tendo a Corte o papel de materializar uma resposta eficiente às violações ocorridas internamente que ganham proporções globais.

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral analisar a atuação da Corte IDH em relação ao Brasil, com ênfase nos casos paradigmáticos de condenação e nos desafios de efetividade das suas decisões. De modo específico, visa-se identificar os principais precedentes em que o Brasil foi condenado pela Corte, evidenciando as falhas do sistema judicial interno, que motivaram a judicialização internacional; examinar as competências, funções e estrutura da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ressaltando seu papel jurisdicional e consultivo no Sistema Interamericano de Direitos Humanos; e, avaliar os óbices enfrentados pelo Brasil no cumprimento das sentenças da Corte, considerando como pano de fundo a ausência de mecanismos uniformizados de execução.

Como metodologia, adota-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em levantamento bibliográfico, documental e legislativo, tendo como procedimento o método indutivo, cujo objeto parte de um campo particular e atinge repercussão mais abrangente.

A estruturação do artigo em epígrafe está organizada em duas seções. Na primeira, examinam-se casos paradigmáticos em que o Brasil sofreu condenação pela Corte, destacando as violações identificadas e as respostas estatais diante das determinações internacionais. Em seguida, volta-se a atenção para a análise

institucional da Corte, abordando sua origem, competências, mecanismos de funcionamento e os desafios inerentes à efetividade de suas decisões frente ao contexto brasileiro.

Por fim, espera-se, com a pesquisa, evidenciar a relevância da Corte como instância supranacional de proteção e responsabilização, destacando sua contribuição normativa e pedagógica na consolidação de uma cultura de proteção dos direitos humanos. Paralelo a isso, pretende-se demonstrar que os casos paradigmáticos analisados não apenas descortinam falhas estruturais do sistema judicial brasileiro, mas também figuram como marcos de transformação normativa e institucional, ao impulsionar a adoção de políticas públicas e a ampliação da visibilidade de grupos em situação de vulnerabilidade.

2 JUDICIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS: ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS BRASILEIROS NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O fenômeno da judicialização dos conflitos no Brasil tem sido marcado, no plano contemporâneo, por um elevado índice de litigiosidade, retratado em demandas de natureza social e coletiva, provenientes, sobretudo, das transformações decorrentes da globalização e da complexificação das relações humanas (Souza; Salles; Salles, 2022). No entanto, o surgimento de novos conflitos e a respectiva submissão destes ao Judiciário não representam um legítimo acesso à justiça; pelo contrário, revelam a escassez de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos direitos fundamentais sociais. Nesse sentido, o volume excessivo de processos aliado a apreciações jurisdicionais morosas e insatisfatórias apontam para um contexto de vulnerabilidade institucional no tratamento das controvérsias, no qual subsiste a inércia estatal diante de flagrantes violações de direitos humanos.

Expandindo a perspectiva supracitada, tem-se como pertinente destacar que, quando a justiça interna se mostra ineficaz (Cambi; Porto, 2022), as vítimas de lesões a garantias fundamentais — ou seus familiares, bem como organizações da sociedade civil —, são impelidos a buscarem respostas efetivas nos sistemas judiciais

internacionais, dando origem assim a um movimento de internacionalização dos litígios, observado, a saber, nos casos submetidos contra o Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Traçando-se um quadro de contraste, nota-se que apesar de o Judiciário brasileiro se posicionar como peça central nas temáticas de direitos humanos — atuando, por exemplo, em Ações Civis Públicas e intervindo em políticas públicas —, quando tal protagonismo se revela infrutífero, ou até mesmo seletivo, a jurisdição internacional é instada a atuar, tal como será observado nos casos concretos apresentados a seguir.

O primeiro precedente que merece realce é o caso Ximenes Lopes *versus* Brasil, considerado a primeira condenação internacional imposta ao Brasil pela Corte IDH, em 04 de julho de 2006. O episódio, em linhas gerais, reporta ao falecimento de Damião Ximenes Lopes, em 1999, paciente com transtornos mentais admitido na Casa de Repouso Guararapes, em Sobral (CE), como usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2006). No âmbito da referida instituição, a vítima teve sua integridade física, psíquica e moral severamente violada, o que acarretou sua morte. Diante de tal cenário, após o envio do caso à Corte, restou reconhecida a ofensa aos direitos previstos nos artigos 4.1, 5.1 e 5.2 Convenção Americana de Direitos Humanos, consolidando-se assim o entendimento de que o Estado brasileiro possui o dever de supervisionar e regular as instituições que prestam serviço de saúde e, quando tal atividade possui natureza pública, exige-se ainda um compromisso de tutela qualificada.

Por conseguinte, sustenta-se que o processo aludido acima constitui uma referência paradigmática de judicialização em que não houve uma violência estatal direta, mas sim omissão e negligência por parte do poder público — capazes de gerar, inclusive, consequências até mesmo mais danosas. Nessa senda, a busca pelo amparo dos órgãos judiciais internacionais em face da precariedade das políticas públicas na área da saúde evidencia o importante papel desses sistemas regionais de proteção, na imposição aos Estados do dever de apurar e sancionar internamente os responsáveis pelas violações de direitos humanos. Para Mazzuoli (2018), esse é o grande desafio relativo à execução integral das obrigações atribuídas aos Estados pela Corte Interamericana, superando a esfera indenizatória da sentença. Segundo o

autor, apesar de não constar expressamente na Convenção Americana tais encargos sancionatórios, a interpretação mais correta de seu texto conduz a esse entendimento. Essa reflexão se confirma, inclusive, no fato de que somente em 2023 o Brasil cumpriu a última exigência do caso Ximenes Lopes, atinente à instituição de programas de capacitação relativos à saúde mental (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023), a fim de assegurar a não repetição de condutas semelhantes.

Outro precedente a ser ressaltado é o Caso Fazenda Brasil Verde *versus* Brasil, o qual veio à tona a partir de 1988, por meio do surgimento de diversas denúncias apresentadas à Polícia Federal e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), concernentes à prática de trabalho escravo e ao desaparecimento de dois jovens no âmbito da Fazenda, localizada no estado do Pará (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2016). Diante desse quadro, em 15 de março de 2000, 85 trabalhadores que se encontravam em condições de servidão por dívida e de coerção a trabalhos forçados foram resgatados, uma vez configurado, segundo a Corte IDH, os elementos nucleares da noção de escravidão — em especial o exercício de controle enquanto manifestação do direito de propriedade.

Ademais, oportuno se faz enfatizar que a condenação do Estado brasileiro pela Corte IDH se deu, dentre outras razões, pela violação ao direito à proteção judicial, disposto no artigo 25 da Convenção Americana, em conexão com os artigos 1.1 e 2, que estabelecem aos Estados o dever de garantir, de forma plena, a efetividade dos direitos reconhecidos no tratado. Nessa lógica, a análise do caso supramencionado e a sua consequente judicialização internacional notabilizam uma dimensão contemporânea da escravidão, em que a justiça interna mostrou-se incapaz de aplicar de maneira congruente determinadas garantias e proteções judiciais imprescindíveis em face da condição de vulnerabilidade extrema vivenciada pelos trabalhadores da Fazenda.

Tal cenário se torna evidente quando se observa que, entre 1999 e 2008, sucederam-se decisões judiciais conflitantes e inefetivas quanto à resolução da questão, a exemplo da suspensão condicional do processo contra o proprietário da Fazenda por dois anos mediante a entrega de apenas seis cestas básicas a uma entidade beneficente, e das declarações de incompetência subsequentes, emanadas

tanto da Justiça Federal quanto da Justiça Estadual (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2016). Para além do exposto, percebe-se, tal como preconizam Garcez e Santos (2025), que a morosidade do Judiciário brasileiro — elemento marcante de sua atuação — também obstaculiza de forma significativa o acesso à justiça no que tange aos processos relacionados ao trabalho escravo contemporâneo, dando ensejo a um estado de "persistência das desigualdades" (Ruscheinsky, 2008, p. 50). Tem-se, com isso, que embora a igualdade social seja formalmente reconhecida, sua materialização ainda se revela, em alguns casos, intangível.

À luz do pensamento de Bobbio (2004), sustenta-se que o desenvolvimento dos direitos sociais trouxe consigo novas reivindicações de bem-estar e de igualdade para além da esfera formal, as quais urgem ser concretizadas por intermédio do Estado — inaugurando assim uma concepção de liberdade condicionada à ação do poder público. De outra ponta, faz-se mister sublinhar que, ao reconhecer a jurisdição da Corte IDH, o Brasil conferiu aos direitos humanos um caráter universal, não sendo mais plausíveis interpretações "nacionalistas" acerca de tais garantias (Ramos, 2020, p. 347). Nesse contexto, a superação das fronteiras estatais em litígios como os analisados no presente trabalho não somente se impõe como mecanismo de combate às violações a liberdades fundamentais, mas também reforça a própria ideia de "transconstitucionalismo" e diálogo entre diferentes jurisdições constitucionais (Neves, 2009 apud Henriques, 2022).

Outro episódio emblemático que merece menção é o Caso Favela Nova Brasília *versus* Brasil, que diz respeito a duas incursões policiais realizadas na Favela Nova Brasília, localizada no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1994 e 8 de maio de 1995. No âmbito das referidas operações, registraram-se execuções extrajudiciais de 26 pessoas, além de atos de violência sexual e tortura praticados por agentes policiais, dos quais foram vítimas três mulheres — sendo duas delas menores (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2017). Em face da época dos fatos, a competência contenciosa da Corte IDH restringiu-se aos trâmites judiciais ocorridos após 10 de dezembro de 1998, data em que o Estado brasileiro passou a reconhecer a jurisdição do Tribunal internacional. Assim, faz-se pertinente destacar que, no presente litígio, o Brasil foi condenado, dentre outras violações, pela inobservância do

direito à imparcialidade da investigação, devida diligência e ao prazo razoável, preconizados no artigo 8.1 da Convenção Americana, em correlação com o seu artigo 1.1.

Considerando a perspectiva até aqui delineada, compreende-se que a intervenção da Corte Interamericana no Caso Favela Nova Brasília evidenciou que cenários sociais marcados por raízes históricas discriminatórias e de marginalização permanecem invisibilizados pelo Estado, que os mantêm em um plano — literal e simbolicamente — periférico. O caso descrito alhures, portanto, expressa a seletividade do sistema de justiça em relação a grupos que, uma vez privados do pleno gozo de seus direitos fundamentais, veem-se impelidos a transcender os limites da invisibilidade por meio de mecanismos internacionais, em busca de "uma ordem social justa" (Dallari, 2011).

Ante o elucidado, nota-se que os precedentes expostos anteriormente reforçam a premência de observância à natureza universal dos direitos humanos. Sob esse prisma, torna-se imperioso aprofundar a análise acerca do fenômeno de internacionalização da justiça a partir da atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que estas têm desempenhado um papel significativo na contenção de violações estatais e na salvaguarda dos direitos humanos, contribuindo assim para a consolidação de uma rede eficiente de proteção às garantias fundamentais.

3 O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: FUNÇÕES, DESAFIOS E A EFETIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE IDH

Atualmente, os direitos humanos recebem crescente atenção no âmbito internacional, configurando-se como um dos principais fatores de expansão do processo de universalização e democratização do Direito Internacional, sobretudo quando os litígios envolvem não apenas a inobservância de um direito específico, mas também a violação de garantias já consolidadas na sociedade.

Nesse cenário, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, na cidade de Paris, representou o ponto de partida para a criação

de diversos mecanismos voltados à proteção global. A partir de resoluções, declarações e convenções multilaterais elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a tutela dos direitos universais passou a ocupar posição de destaque. Ressalte-se que esse processo de institucionalização encontra suas raízes em 1945, com a Carta da Organização das Nações Unidas.

A partir de então, deu-se início à formalização de um Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos, com a finalidade de alcançar todas as pessoas, colocando o indivíduo no centro das preocupações globais. O objetivo era renovar e consolidar o conjunto de garantias inerentes à dignidade humana. Esse sistema foi estruturado por meio de tratados e convenções, como os Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, proclamados em 1966, além de outros instrumentos de caráter universal (Alarcon, 2022). Paralelamente, os debates sobre as dificuldades regionais revelaram particularidades de cada país no enfrentamento de violações e na construção de mecanismos de proteção.

Desse modo, em 1969, na capital da Costa Rica, foi organizada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que entrou em vigor em 1978. Esse instrumento foi responsável pela criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual compete, conforme o art. 33, “conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Partes” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1969).

A Corte tem competência para julgar casos relativos à interpretação e aplicação do Pacto de São José da Costa Rica, além de exercer função consultiva, analisando a compatibilidade das normas nacionais com os tratados interamericanos ratificados pelos Estados que reconheceram sua jurisdição. No que tange à função consultiva, o referido tribunal interpreta normas submetidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos; já no âmbito jurisdicional, julga casos de responsabilidade internacional dos Estados. Suas decisões permitem que demandas apresentadas por minorias organizadas, muitas vezes rejeitadas em instâncias internas, possam ser apreciadas em nível internacional.

Dessa forma, os direitos humanos consolidaram-se no cenário internacional como garantia da inviolabilidade dos direitos fundamentais em qualquer parte do mundo, sejam as violações de natureza individual ou coletiva. Ademais, o princípio do acesso à justiça ganhou força e legitimidade no plano externo, superando barreiras internas e garantindo maior visibilidade às vítimas. Cumpre destacar ainda que somente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, bem como os países que aderiram ao Pacto supramencionado, são partes legítimas para submeter casos a serem apreciados pela Corte IDH. Nessa perspectiva, fica condicionado à formalização por meio de petição, junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, qualquer pedido que vise apreciar violação de direitos.

Tal comando está previsto no art. 61 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que restringe aos Estados Partes e à Comissão o direito de submeter casos à decisão da Corte, o que impede o indivíduo de postular diretamente. Por outro lado, o art. 44 prevê que denúncias ou queixas de violação de direitos podem ser apresentadas por qualquer pessoa, individual ou coletivamente, ou por organizações não governamentais reconhecidas em países signatários, desde que direcionadas à Comissão.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington (EUA), integra o Sistema Interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas. Instituída pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1959, é composta por sete membros independentes e autônomos. Atualmente, conta com José Luis Caballero Ochoa (presidente), Andrea Pochak, Arif Bulkan, Edgar Stuardo Ralón Orellana, Roberta Clarke, Carlos Bernal Pulido e Gloria Monique de Mees. Seus integrantes, eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, devem possuir “alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral da OEA a partir de uma lista de candidatos proposta pelos governos dos Estados membros” (Corte Interamericana de Direitos Humanos, s.d.).

Ademais, a Comissão atua na análise de petições individuais, no monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados membros, e na promoção de temas prioritários dentro da agenda interamericana. De acordo com essa

estrutura normativa, o art. 63 da Convenção estabelece que as decisões da Corte devem precipuamente tratar com rigor a responsabilidade do Estado violador e, no caso e comprovação do descumprimento, precisa dispor acerca das medidas necessárias que garantam que as vítimas sejam reparadas à altura da lesão. Além disso, a sentença deve tratar sobre as reparações a serem realizadas pelo autor e concedidas às vítimas (Correa; Espolador, 2023).

Nesse sentido, o art. 67 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos dispõe que as decisões emitidas pela Corte não comportam recurso, ou seja, são definitivas e não estão sujeitas à contestação. Tais decisões têm como fundamento os fatos apurados e as implicações jurídicas decorrentes do resultado do julgamento. No que pertine às medidas reparatórias, estas podem incluir desde a imposição de restrições ou a determinação do restabelecimento do status quo ante, até o reconhecimento público da ofensa, acompanhada de pedido formal de desculpas, podendo ainda alcançar a obrigação de realização de ato público como forma de compensação pelo ilícito praticado (Correa; Espolador, 2023).

Aliado ao exposto, explica-se que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem se consolidado não apenas como tribunal de responsabilização, mas como mecanismo normativo que estimula mudanças internas nos Estados, sobretudo por meio do acompanhamento sistemático do cumprimento de suas decisões. No Brasil, o grau de efetividade dessas sentenças ainda é limitado, o que mobiliza o debate sobre a necessidade de aprimoramento dos mecanismos domésticos de concretização das determinações internacionais (Campos; Moreno Junior, 2024).

Nesse toar, tem-se que o cumprimento das sentenças não ocorre de maneira automática. Como ressaltam Campos e Moreno Junior (2024), o sistema brasileiro ainda carece de instrumentos institucionais eficazes para assegurar que as decisões sejam implementadas de forma plena e dentro dos prazos estipulados. Isso revela uma lacuna entre a produção jurídica internacional e a concretização das medidas no âmbito interno. Observa-se, ainda, que o Brasil, embora reconheça a obrigatoriedade das sentenças da Corte, enfrenta obstáculos práticos à sua efetividade. Resende (2013) aponta que, apesar de o ordenamento jurídico permitir a execução de condenações monetárias, nos termos do art. 68 da Convenção

Americana, não há procedimento uniforme para incorporar e dar cumprimento a sentenças internacionais, o que pode comprometer sua observância concreta. Nesse ínterim, Sales (2013) acrescenta que diversos dispositivos legais nacionais poderiam ser aproveitados para efetivar decisões da Corte, mas sua aplicação ainda é pontual e depende fortemente da mobilização da sociedade civil e da atuação empenhada de órgãos estatais, especialmente do Judiciário.

Apesar dos desafios estruturais e institucionais, é inegável que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem desempenhado um papel central na consolidação dos direitos humanos no continente. Conforme ressalta Piovesan (2017), suas sentenças não se limitam a reparar danos individuais, mas funcionam como instrumentos de transformação social, capazes de dar visibilidade a grupos vulnerabilizados e de pressionar os Estados a adotar políticas públicas inclusivas. Esse aspecto pedagógico e simbólico reforça a ideia de que a jurisdição internacional não atua em oposição à soberania nacional, mas como complemento necessário ao fortalecimento das instituições democráticas.

Além disso, como salienta Mazzuoli (2020), a jurisprudência da Corte tem estimulado a prática do controle de convencionalidade pelos tribunais nacionais, consolidando um diálogo constante entre o direito interno e os tratados de direitos humanos ratificados pelos Estados. Tal prática amplia a densidade normativa da Convenção Americana de Direitos Humanos e projeta seus efeitos para além do âmbito da própria Corte, irradiando parâmetros de interpretação que se tornam obrigatórios e uniformizadores em toda a região.

No caso brasileiro, como analisam Campos e Moreno Junior (2024), permanece evidente a lacuna entre a produção jurídica internacional e sua incorporação efetiva na ordem interna. O país reconhece a obrigatoriedade das sentenças, mas ainda carece de mecanismos institucionais uniformes que assegurem sua execução plena e tempestiva. Essa distância entre norma e prática revela uma tensão latente, que perfaz, de um lado, o compromisso formal com a ordem interamericana e, de outro, as dificuldades políticas e jurídicas de compatibilizar as decisões internacionais com a estrutura do direito interno.

Contudo, é importante compreender que a efetividade da Corte não se mede apenas pelo cumprimento imediato de indenizações ou pela adoção de medidas pontuais, mas pela sua capacidade de fomentar mudanças estruturais e consolidar uma cultura regional de respeito aos direitos humanos. Trata-se de uma jurisdição que, ao julgar casos paradigmáticos, estabelece precedentes com potencial de modificar legislações nacionais, influenciar políticas públicas e reforçar o princípio do acesso à justiça em escala internacional.

Em conclusão, a Corte Interamericana de Direitos Humanos deve ser entendida como um vetor de transformação democrática, cujas decisões ampliam o espaço de debate público, consolidam parâmetros jurídicos regionais e fortalecem a proteção internacional da dignidade humana. Ainda que sua atuação enfrente resistências e limitações práticas, sua contribuição é inegável para a construção de um patrimônio jurídico interamericano, no qual a justiça ultrapassa fronteiras nacionais e se afirma como elemento essencial de um sistema jurídico regional comprometido com a universalidade dos direitos humanos.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como finalidade investigar o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos litígios concernentes às violações de direitos fundamentais, especialmente no que tange às implicações jurídicas para a ordem nacional. Nessa linha intelectiva, observou-se, a partir de situações concretas, que o Judiciário brasileiro ainda apresenta falhas estruturais no que tange à averiguação e sancionamento de lesões aos direitos humanos, demonstrando assim uma incapacidade do sistema de justiça pátrio de proteger grupos sociais vulnerabilizados. Destarte, tornou-se cristalino que a mera judicialização de conflitos não pode ser confundida com a concretização do acesso à justiça, a qual depende uma atuação estatal voltada à viabilização de transformações sociais efetivas.

Outrossim, restou elucidado que, ao recorrerem aos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, as vítimas encontram um espaço de visibilidade que, na maioria das vezes, não lhes foi conferido na jurisdição nacional, passando a dispor

de possibilidades concretas de reparação dos danos sofridos. Diante disso, concluiu-se que o deslocamento dos casos concretos analisados do âmbito nacional para a esfera internacional contribui para a democratização do Direito Internacional, bem como para a valorização da dignidade humana, em consonância com o ideal de centralidade das garantias humanas universais. Não obstante a isso, há que se registrar que ainda persistem obstáculos no que tange à execução das sentenças proferidas pela Corte Interamericana no Brasil, que ainda se dá de forma instável, e muitas vezes, parcial, de modo que a conciliação dos compromissos internacionais com a supremacia estatal constitui um desafio a ser suplantado.

Para mais, restou manifesto que a judicialização dos conflitos na seara nacional, embora configure um mecanismo tradicional de solução de litígios, ainda encontra óbices estruturais relevantes, como a seletividade e morosidade institucionais, fatores que estimulam a busca por instrumentos judiciais externos de salvaguarda dos direitos humanos. O desafio, portanto, está na materialização do diálogo jurisprudencial já existente entre a ordem jurídica nacional e o Direito Internacional, sendo a ferramenta catalisadora dessa mudança a compreensão de primazia e transcendência de tais direitos. Em outras palavras, trata-se de perceber que a proteção da dignidade existencial deve sobrepor formalismos processuais e barreiras sociais, possibilitando assim a consolidação de um sistema de justiça integrado às políticas de promoção dos preceitos e valores humanitários.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. Convenção Americana de Direitos Humanos: Pacto de San José da Costa Rica. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. Tomo Direitos Humanos, Edição 1, Março de 2022. DIsponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/529/edicao-1/convencao-americana-de-direitos-humanos:-pacto-de-san-jose-da-costa-rica-. Acesso em: 20 ago. 2025.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 97 p.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**. Sentença de 16 de fevereiro 2017. San José, C.R.: Corte IDH, 2006. Disponível em:

https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil**. Sentença de 20 de outubro de 2016. San José, C.R.: Corte IDH, 2006. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Ximenes Lopes vs. Brasil**. Sentença de 4 de julho de 2006. San José, C.R.: Corte IDH, 2006. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; DE ANDRADE PORTO, Letícia. Litígios complexos em direitos humanos: protagonismo judiciário e o papel do Ministério Público na efetivação de políticas públicas. **Revista da CSP**, p. 311-334, 2022. Disponível em: https://ojs.cnmp.mp.br/index.php/revistacsp/article/view/604/477. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMPOS, Juliana Rose Ishikawa da Silva; MORENO JUNIOR, Agamenon Alcântara. Monitoramento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos: reflexões acerca da efetividade no cumprimento das condenações impostas ao Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 12, n. 23, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/15504. Acesso em: 20 ago. 2025.

CORRÊA, Daniel Marinho; ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti Tarifa. Tensões e desafios na efetivação das sentenças internacionais: o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Rev. secr. Trib**. perm. revis. 2023, año 11, nº 20, e503. Disponível em: https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/503. Acesso em: 01 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **O que é a CIDH?** Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp. Acesso em: 14 ago. 2025.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011. 279 p.

GARCEZ, Gabriela Soldano; SANTOS, Marina Fernanda Araújo de Oliveira Viana dos. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e o papel do Estado brasileiro quanto à justiça social. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos, v. 51, n. 143, p. 99-111, 22 abr. 2025.

Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1439. Acesso em: 21 ago. 2025.

HENRIQUES, Fabricio. O “diálogo das cortes” entre a jurisdição constitucional brasileira e a jurisdição internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista da Advocacia Pública Federal**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 143-161, dez. 2022. Disponível em: https://seer.anafe.org.br/index.php/revista/article/view/162. Acesso em: 22 ago. 2025.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Controle de Convencionalidade: do sistema interamericano ao direito brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Método, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Brasil conclui cumprimento de sentença da Corte IDH sobre o caso Damião Ximenes Lopes**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/brasil-conclui-cumprimento-de-sentenca-da-corte-idh-sobre-o-caso-damiao-ximenes-lopes. Acesso em: 22 ago. 2025.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. Apontamentos sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista da EMERJ**, v. 12, nº 45, 2009. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista45/Revista45_87.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

QUINTAS, Monick de Souza; ORTIZ, Norman Lizano. O impacto da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Direito Interno dos Estados. Os casos do Brasil e da Costa Rica. **Revista do Ministério Público Militar,** a. 51, n. 44, Brasília, nov. 2024, pp. 275-302, CC BY. Disponível em: Acesso em 15 ago. 2025.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020.

RESENDE, Augusto César Leite de. A executividade das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 225-236, 2013.
Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r35045.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Desigualdades persistentes, direitos e democracia contemporânea. **Ciências Sociais em Revista**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 50-57, jan.

2008. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/17202/12381. Acesso em: 22 ago. 2025.

SALES, Gabriela Araújo Nogueira de Paula. **A efetivação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/12802. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOUZA, Claudia Maria Ferreira de; SALLES, Sergio de Souza; SALLES, Denise M.N. Nascimento Lopes. SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO: uma análise da litigiosidade e seus impactos no acesso à justiça. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 14, n. 1, p. 1-20, jul. 2022. Disponível em: https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/download/2190/3267/9019. Acesso em: 23 ago. 2025.